

MESTRADO EM PSICOLOGIA
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Experiências Adversas na Infância e Problemas Emocionais e Comportamentais em Crianças Adotadas: Papel da Compreensão Parental da Perda e Trauma

Rafaela Pinto da Silva

M

2023



Universidade do Porto
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

**EXPERIÊNCIAS ADVERSAS NA INFÂNCIA E PROBLEMAS EMOCIONAIS E
COMPORTAMENTAIS EM CRIANÇAS ADOTADAS:
PAPEL DA COMPREENSÃO PARENTAL DA PERDA E TRAUMA**

Rafaela Pinto da Silva

Outubro 2023

Dissertação apresentada no Mestrado em Psicologia, área de Psicologia da Educação e Desenvolvimento Humano, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), sob orientação da Professora Doutora **Maria Barbosa Ducharne** (FPCEUP) e coorientação da Doutora **Joana Lara Soares** (FPCEUP).

AVISOS LEGAIS

O conteúdo desta dissertação reflete as perspectivas, o trabalho e as interpretações do/da autor/a no momento da sua entrega. Esta dissertação pode conter incorreções, tanto conceituais como metodológicas, que podem ter sido identificadas em momento posterior ao da sua entrega. Por conseguinte, qualquer utilização dos seus conteúdos deve ser exercida com cautela.

Ao entregar esta dissertação, o/a autor/a declara que a mesma é resultante do seu próprio trabalho, contém contributos originais e são reconhecidas todas as fontes utilizadas, encontrando-se tais fontes devidamente citadas no corpo do texto e identificadas na secção de referências. O/A autor/a declara, ainda, que não divulga na presente dissertação quaisquer conteúdos cuja reprodução esteja vedada por direitos de autor ou de propriedade industrial.

Agradecimentos

Um sincero agradecimento à minha orientadora, Professora Doutora Maria Adelina Barbosa-Ducharne por todas as aprendizagens e conhecimentos que me permitiu adquirir ao longo destes anos, e, sobretudo, por me ter despertado o interesse e a paixão pela área da Promoção e Proteção das Crianças e Jovens.

À minha coorientadora, Doutora Joana Soares, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, pela disponibilidade e ajuda que me foi prestando ao longo da elaboração desta dissertação, bem como por me ter incentivado e motivado, nos momentos de maior dificuldade e insegurança, a dar o melhor de mim.

A todas as famílias que participam no Projeto AdoPt, e que possibilitaram a realização deste estudo.

Aos meus pais pelo apoio incondicional que me foram prestando ao longo da vida e pelo amor que, todos os dias, me fazem chegar. Sem vocês nada disto seria possível!

Ao meu irmão, o meu porto seguro, o meu companheiro de vida que, mesmo a quilómetros de distância, acolhe os meus maiores medos, receios e anseios, e “transforma-os” em força para lutar pelos meus objetivos. Sempre foste e sempre serás um exemplo a seguir!

Ao meu namorado, o meu companheiro de todas as horas, por estar sempre do meu lado e por me apoiar e ajudar a alcançar os meus maiores sonhos. Como costumamos dizer: “juntos somos capazes de tudo”!

Por último, mas não menos importante, às amigas que a faculdade me deu, Vânia e Joana, por me terem acompanhado neste caminho de altos e baixos, por ouvirem todos os meus desabafos, e por me apoiarem sempre que a vida me põe à prova; vou levar-vos para a vida!

A todos vocês, um sincero obrigada.

Resumo

As crianças adotadas apresentam um historial de eventos traumáticos que, mesmo após a sua integração numa família que lhes proporcione estabilidade, conforto, sentido de pertença e um ambiente promotor de desenvolvimento, continuam a exercer um efeito negativo na sua saúde e bem-estar, contribuindo para o aparecimento de mais problemas comportamentais e emocionais. Assim, o principal objetivo deste estudo quantitativo é explorar a relação entre o número de experiências de adversidade vividas na infância (ACE), a compreensão parental às experiências de perda/trauma dos filhos e os problemas emocionais e comportamentais de crianças adotadas. Adicionalmente, pretende-se estudar a influência do tempo de adoção nestas relações. Para tal, foi testado um modelo de mediação moderada. A amostra deste estudo – relativa a 108 figuras parentais que responderam em relação a 108 crianças/adolescentes adotados - constitui uma subamostra do T1 do *Projeto AdoPt: Follow-up em Pós-Adoção*. Os resultados indicaram que as crianças adotadas, que vivenciaram um maior número de ACE, apresentaram um maior número de problemas comportamentais e emocionais. Além disso, verificou-se que um maior número de ACE conduziu a um aumento de problemas emocionais e comportamentais, através da compreensão parental das experiências de perda e trauma, independentemente do tempo de adoção. São salientadas as implicações práticas deste estudo.

Palavras-chave: adoção, experiências de adversidade na infância (ACE), problemas emocionais e comportamentais, perda, trauma, compreensão parental

Abstract

Despite being placed in a family that offers them stability, comfort, a sense of belonging, and a developmentally stimulating environment, adopted children's adverse early experiences continue to impact their health and well-being negatively. This ongoing influence contributes to the emergence of additional behavioural and emotional problems. Therefore, the main aim of this quantitative study is to explore the relationship between the number of adverse childhood experiences (ACE), parents' understanding of their children's loss/trauma experiences, and the behavioural and emotional problems of adopted children. It is also a goal to study the influence of the length of adoption on these relationships. For this purpose, a moderated mediation model was tested. The sample of this study - involving 108 adoptive parents who responded regarding 108 adopted children/adolescents - constitutes a subset of Time 1 of the AdoPt Project: Follow-up in Post-Adoption. Findings showed that adopted children who experienced a higher number of ACE exhibited a greater number of behavioural and emotional problems. Furthermore, it was observed that a higher number of ACE led to increased emotional and behavioural problems, mediated by parents' understanding of loss and trauma experiences, regardless of the length of adoption. Relevant practical implications are derived from this study.

Keywords: adoption, adverse childhood experiences, emotional and behavioural problems, understanding of loss and trauma

Experiências Adversas na Infância e Problemas Emocionais e Comportamentais em Crianças Adotadas: Papel da Compreensão Parental da Perda e Trauma

A adoção é uma das principais respostas de proteção à criança, sendo a “permanência vitalícia” (que é um pressuposto essencial ao desenvolvimento de qualquer criança) um dos seus principais objetivos (Palacios et al., 2019). De facto, de entre as opções que se oferecem no sistema de promoção e proteção a uma criança cujos pais não quiseram, não puderam ou não souberam assumir o seu papel parental, a adoção é aquela que oferece maiores condições de permanência/estabilidade legal, residencial/familiar e relacional/emocional (Brodzinsky & Smith, 2019)

Contudo, e embora a adoção seja perspectivada, por vezes, como uma “sorte” para as crianças (Brodzinsky et al., 2022), a chegada à nova família faz-se acompanhar de inúmeros obstáculos, dificuldades e desafios (Brodzinsky, 2011), na medida em que “as melhorias nas novas circunstâncias familiares não colocam o contador das crianças a zero” (Palacios et al., 2009, p. 615). Uma vez a criança adotada, é importante monitorizar a adoção, para identificar os seus benefícios, e as consequências a curto, médio e longo prazo da adversidade vivenciada previamente à adoção (Palacios et al., 2019). A investigação tem mostrado que resultados positivos em adoção decorrem da interação entre fatores prévios à adoção e fatores relativos ao ambiente pós-adoção (e.g., Soares, Barbosa-Ducharme et al., 2019).

A integração da criança numa família adotiva, que lhe proporcione um cuidado individualizado e responsivo às suas necessidades, representa um corte com um historial de adversidade e trauma (Brodzinsky et al., 2022). A sentença de adotabilidade surge fruto da exposição de uma criança a Experiências de Adversidade na Infância (*Adverse Childhood Experiences* [ACE]) como, por exemplo, maltrato e negligência por parte dos pais e/ou institucionalização, em uma ou várias casas de acolhimento, que geram sérios problemas ao nível da saúde e do bem-estar psicológico das crianças/adolescentes (Boullier & Blair, 2018). De facto, as ACE têm sido definidas como “experiências que estão fora do ambiente normal esperado e que exigem adaptação significativa por parte da criança em desenvolvimento, em termos de sistemas psicológicos, sociais e neurodesenvolvimentais” (Lacey & Minnis, 2020, p. 117). Com a adoção, pretende-se romper com esta trajetória atípica, proporcionando às crianças a oportunidade de estabelecer relações marcadas pelo afeto, e de pertencer a uma família que lhes assegure um ambiente caloroso, protetor, responsivo e promotor de desenvolvimento e de

estabilidade (Barroso & Barbosa-Ducharne, 2019; Román & Palacios, 2011; Soares, Ralha et al., 2019). Contudo, para que a desejável estabilidade/permanência relacional seja atingida, é essencial que os pais adotivos desenvolvam uma compreensão e aceitação dos comportamentos da criança relacionados com o trauma, reconhecendo-os como consequências da adversidade precoce e da vivência da perda (Purvis et al., 2015), na medida em que a adversidade vivida antes da adoção continuará a desempenhar um papel de grande relevância no ajustamento das crianças no período pós-adotivo (Nelson et al., 2020; Peñarrubia et al., 2023), e a suscitar dificuldades a nível emocional e comportamental (Hornfeck et al., 2019).

Problemas Emocionais e Comportamentais das Crianças Adotadas

Não obstante a quantidade de estudos, primários e secundários (e.g., Askeland et al., 2017; Finet et al., 2020; van IJzendoorn & Juffer, 2006), que concluem que as crianças adotadas parecem bem-ajustadas psicologicamente, existem outros que apontam para uma maior predisposição para problemas de comportamento (e.g., Anthony et al., 2019; Brodzinsky et al., 1984; Brown et al., 2017; Juffer & van IJzendoorn, 2005; Soares, Barbosa-Ducharne et al., 2019).

No que concerne aos problemas de internalização, vários estudos demonstraram o papel preditivo desempenhado pelo número cumulativo de ACE. Anthony et al. (2019) desenvolveram um estudo prospetivo longitudinal, através do qual concluíram que o número cumulativo de ACE vivenciadas por crianças antes dos 2 anos contribuiu para o aumento de sintomas de internalização, três anos após a integração das crianças nas suas famílias adotivas. De forma consistente, Paine, Fahey et al. (2021) verificaram que, quanto maior o número de ACE vivenciadas por crianças integradas em famílias adotivas com uma idade média de 2 anos, mais problemas de internalização apresentavam. Também Blake et al. (2022) evidenciaram o impacto a longo prazo das ACE nos problemas de internalização, especialmente quando se tratava de experiências cumulativas, ou seja, de mais do que uma ACE.

No que diz respeito aos problemas de externalização, o estudo de Paine, Fahey et al. (2021) apontou para um efeito negativo, a longo prazo, do número total de ACE vivenciadas pelas crianças, contrariando assim outros estudos (e.g., Anthony et al., 2019; Blake et al., 2022), que não encontraram esta relação. Esta ausência de relação foi explicada por Blake et al. (2022) com base na possibilidade de existir um efeito moderador da proximidade e sensibilidade parentais, que apoiariam as crianças a lidar,

de forma mais resiliente, com este tipo de desafios; por sua vez, Anthony et al. (2019) justificaram o resultado atendendo à (baixa) idade das crianças do seu estudo. De facto, Brodzinsky et al. (1984) já tinham destacado que as crianças mais novas podem ter dificuldades acrescidas na compreensão do significado de ser adotado.

Nesta linha, um estudo recente desenvolvido por Bovenschen et al. (2023), com crianças que viviam há quase 3 anos nas suas famílias adotivas, permitiu verificar um aumento significativo nos problemas emocionais e comportamentais entre o primeiro (dois anos após a adoção) e o segundo (cinco anos após a adoção) momentos de avaliação. Os autores sugeriram que este aumento se poderia dever ao período crítico pelo qual as crianças passaram, dado que a grande maioria havia entrado para a escola, entre os dois momentos de avaliação. Esta ideia vem confirmar outros estudos (e.g., Anthony et al., 2019; Blake et al., 2022; Hornfeck et al., 2019; Pace et al., 2022; Yarger et al., 2022) que evidenciaram que o impacto dos problemas emocionais e comportamentais é mais intenso nas crianças mais velhas. Adicionalmente, as investigações têm apontado para a existência de certos períodos, nomeadamente, a idade escolar e a adolescência, em que as crianças/adolescentes estão mais suscetíveis ao desenvolvimento de problemas de cariz emocional e comportamental (Anthony et al., 2019).

Estas evidências científicas sugerem que as experiências prévias e após a adoção não têm um único e mesmo impacto em todas as crianças adotadas (Finet et al., 2020; McSherry et al., 2022; Soares, Ralha et al., 2019). Brodzinsky et al. (2022, p. 2) também sublinham esta ideia, afirmando que “ser adotado é uma experiência de vida heterogênea, com algumas crianças mais propensas do que outras a enfrentar adversidades e traumas precoces e/ou a ter mais dificuldade em integrar a sua adoção num sentido de identidade saudável e seguro”.

Vivência da Perda em Adoção e Compreensão Parental da Experiência de Perda e Trauma Vivida pelas Crianças Adotadas

Barroso (2017) sublinha que todas as crianças e adolescentes adotados partilham uma característica comum – a vivência de perdas. As perdas relacionadas à adoção podem ser consideradas “ambíguas” (Powell & Afifi, 2005), na medida em que há uma separação física da família biológica, mas, nem sempre se constata uma separação psicológica (Brodzinsky, 2014). Isto é, tanto as crianças adotadas como a família adotiva e, até mesmo, a família biológica fazem-se acompanhar daquilo que Lifton (2010) designou de

“fantasmas”, para se referir às representações das perdas características da adoção cujo luto não foi ainda resolvido.

A investigação tem mostrado que as perdas vividas pelas crianças adotadas não se restringem à perda dos pais biológicos, mas alargam-se à perda de irmãos biológicos, elementos da família alargada e cuidadores anteriores, perda de estatuto, sentimento de pertença, estabilidade, herança étnica, racial e genealógica, identidade pessoal, amigos, entre outras (Brodzinsky, 2011; Brodzinsky et al., 1984; Hartinger-Saunders et al., 2019; Soares, Ralha et al., 2019; Waterman et al., 2018).

Por conseguinte, Pasztor e Leighton (1993) evidenciaram que as separações que vão sendo vivenciadas ao longo da vida, quer sejam separações “normativas”, quer não, desencadeiam sentimentos como, por exemplo, tristeza, raiva e, até mesmo, culpa. Este conjunto de sentimentos pode potenciar o desenvolvimento de comportamentos difíceis de gerir e prejudiciais, quer para o próprio, quer para os outros. Segundo Purvis et al. (2015), para os pais adotivos, este é um dos maiores desafios na educação de uma criança adotada, e que pode afetar o desenvolvimento de uma parentalidade positiva, atendendo aos comportamentos disruptivos que a perda mal gerida pode desencadear nas crianças (Bovenschen et al., 2023).

Não obstante, vários autores (e.g., Anthony et al., 2019; Finet et al., 2022; McSherry & McAnne, 2022; Peñarrubia et al., 2023) enfatizam a natureza positiva e protetora que uma parentalidade adotiva sensível ao trauma pode assumir na recuperação das experiências traumáticas e na resolução positiva do luto. Numa revisão sistemática do risco pós-adotivo e fatores protetores, Duncan et al. (2021) realçaram o papel preponderante que os pais adotivos, mais especificamente, os seus estilos parentais e saúde mental, desempenham no ajustamento emocional e comportamental das crianças adotadas. Já previamente van der Voort et al. (2014), através de um estudo longitudinal com 160 crianças adotadas internacionalmente, tinham destacado o efeito protetor da parentalidade sensível no desenvolvimento das crianças, através do papel preditivo nos comportamentos inibidos dos adolescentes e, consequentemente, o efeito positivo indireto nos problemas de internalização. Nesta mesma linha, também Blake et al. (2022) sugeriram a possibilidade de a parentalidade sensível se constituir um moderador entre as ACE e os problemas de externalização.

Paine, Perra et al. (2021) também se debruçaram sobre a questão da parentalidade calorosa, tendo constatado um efeito amortecedor tanto nos problemas de internalização como nos problemas de externalização, três anos após a adoção. Resultados semelhantes

foram encontrados numa amostra de crianças portuguesas com 8-10 anos, num estudo realizado por Soares, Barbosa-Ducharne et al. (2019), que observaram uma interação entre as respostas parentais de não-suporte às emoções negativas dos filhos e a negligência pré-adoção na explicação das habilidades sociais das crianças adotadas. Os autores verificaram que à medida que o tempo de adoção avança, níveis mais elevados de respostas de não-suporte, por parte dos pais adotivos, às emoções negativas dos filhos, intensificam o efeito negativo da negligência pré-adoção nas habilidades sociais das crianças adotadas.

De facto, o tempo de adoção tem-se revelado um fator importante neste domínio. Num estudo desenvolvido por Paine, Fahey et al. (2021), o tempo passado com a família adotiva emergiu como um fator protetor, na medida em que um ano e meio após a colocação, o impacto das ACE nos problemas de externalização não se mostrou significativo. De igual modo, Anthony et al. (2019) reportaram que, dois anos após a colocação das crianças nas suas famílias adotivas, a parentalidade calorosa potenciou uma diminuição dos sintomas de internalização.

Neste sentido, e tendo em consideração que, aquando da adoção, a criança integra uma nova família que será, agora, a sua família, Román e Palacios (2011) destacaram que o desenvolvimento de vínculos emocionais se constitui como um procedimento substancial que deve ser garantido. Para que essa ligação e vinculação ocorra positivamente é essencial a compreensão, por parte dos pais, da história de vida da criança. Boswell e Cudmore (2017) sublinham que, para que uma criança adotada se possa sentir suficientemente confiante para estabelecer vínculos seguros e afetivos com a sua família adotiva, ela precisa de sentir que o ambiente onde se insere é sensível à sua experiência de perda e se encontra disponível para a apoiar emocionalmente.

Além do mais, Waterman et al. (2018) enfatizaram o papel que a compreensão das perdas e do luto desempenha, sugerindo que quando a criança está em sofrimento pelas várias perdas que vivenciou, ela pode não ter a capacidade de criar vínculos afetivos com os pais adotivos. Adicionalmente, as adversidades vividas pela criança no período pré-adotivo podem interferir na formação de novas relações (Hornfeck et al., 2019), uma vez que os modelos internos desenvolvidos são marcados pela negativa. Ou seja, a bagagem emocional que a criança carrega do seu passado pode comprometer a formação de vínculos emocionais seguros com os seus novos pais (Román & Palacios, 2011), especialmente se os pais adotivos não estiverem suficientemente preparados para lidar,

gerir e ajudar a carregar a(s) experiência(s) traumática(s) dos seus filhos (Hartinger-Saunders et al., 2019).

Deste modo, os adultos que não conseguem lidar com o sofrimento da criança podem acabar por se isolar e, conseqüentemente, passar à criança a mensagem que os seus sentimentos não são bem-vindos (Boswell & Cudmore, 2017). Por esse motivo, Waterman et al. (2018) sugerem que os pais devem fazer um esforço no sentido de discutir as perdas do passado com a criança, demonstrar compreensão e aceitação pelos seus sentimentos, mesmo que negativos, e trabalhar no ritmo da criança. Este último aspeto (ritmo da criança) é também sublinhado por French (1986), que realça a importância de dar tempo à criança para desenvolver confiança, sob pena de precipitar o processo e reativar os traumas do passado.

A compreensão dos pais das experiências traumáticas vivenciadas pelas crianças parece, então, um elemento fundamental para promover, por um lado, o bom desenvolvimento da criança adotada e, por outro, o sucesso da adoção. Pelo contrário, “quando os pais adotivos não são devidamente preparados pelos profissionais de adoção para compreender e enfrentar os desafios relacionados com a adoção, incluindo a forma como a perda, as adversidades precoces e o trauma afetam as crianças, eles serão menos eficazes na criação de um ambiente de cuidado que promova a internalização saudável das experiências de adoção dos seus filhos” (Brodzinsky et al., 2022, p. 7).

Presente Estudo

Considerando a importância do impacto do trauma (Purvis et al., 2015), bem como da parentalidade adotiva (Balenzano et al., 2021) no ajustamento da criança adotada, o presente estudo pretende explorar a relação entre três variáveis: experiências de adversidade precoce, compreensão parental da perda e trauma e problemas emocionais/comportamentais da criança adotada, estudando o impacto das experiências prévias e após a adoção no ajustamento atual da criança adotada. Adicionalmente, e considerando a importância que a literatura tem revelado relativamente ao tempo de adoção, a influência desta variável nas relações anteriormente identificadas será também estudada. Note-se que a compreensão parental às experiências de perda e trauma da criança tem sido uma variável pouco estudada na literatura em adoção, pelo que considerar esta dimensão se revela particularmente pertinente.

Efetivamente, aprofundar e compreender esta relação parece cada vez mais urgente. Através do Relatório Anual de Atividades do Conselho Nacional para a Adoção

(CNA; 2023), foi possível observar, entre outros desafios, que para as 14 disrupções¹ comunicadas em 2022 (ocorridas na fase de transição e pré-adoção), os pais adotivos demonstraram “dificuldades em integrar a história de vida da criança sem fazer juízos de valor e/ou os associar a comportamentos/características da sua família biológica”; “falta de empatia para com a criança e para com a dificuldade que esta apresenta em expressar as emoções”; “dificuldade/incapacidade de leitura dos sinais que a criança apresenta”; “estratégias educativas rígidas, falta de flexibilidade, tendência para rotular as crianças quando estas apresentam comportamentos mais desafiantes (pequenos furtos, mentiras, comportamentos sexualizados, agressividade)” e “não reconhecimento de capacidade de mudança na criança, desistindo precocemente de um processo que terá de ser longo para que esta se sinta confiante e segura na nova família” (Conselho Nacional para a Adoção, 2023, p. 45). Este conjunto de dificuldades pode estar relacionado com a falta de conhecimento e de compreensão dos pais adotivos da história de vida passada das crianças, sendo, portanto, essencial estudar esta variável nas famílias adotivas.

Assim, este estudo baseia-se na formulação de cinco hipóteses, consideradas de acordo com a revisão da literatura atrás apresentada:

a) quanto maior o número de ACE vivenciadas pelas crianças, mais problemas emocionais/comportamentais estas apresentarão;

b) quanto maior o número de ACE experienciadas pelas crianças, maior a compreensão parental das experiências de perda/trauma vivenciadas pelas crianças;

c) quanto maior a compreensão parental das experiências de perda/trauma vivenciadas pelas crianças, menos problemas comportamentais/emocionais apresentarão as crianças adotadas;

d) a compreensão parental das experiências de perda/trauma da criança medeia a relação entre as ACE e os problemas emocionais/comportamentais, isto é, quanto maior o número de ACE experienciado pela criança na infância, maior a compreensão parental a essa perda/trauma e menos frequentes os problemas emocionais e comportamentais da criança adotada;

e) o efeito das ACE nos problemas emocionais/comportamentais via compreensão parental da perda e trauma depende do tempo de adoção, ou seja, mais tempo de adoção fortalece a relação negativa entre a compreensão parental e os problemas emocionais/comportamentais da criança.

¹ “Chama-se disrupção à ocorrência de uma interrupção no seio de uma família em construção e que pode acontecer em várias fases” (Conselho Nacional para a Adoção, 2023, p. 44)

Estas hipóteses serão testadas através de um modelo de mediação moderada (cf. Figura 1) que permitirá verificar a existência, ou a ausência, de efeitos diretos, indiretos e interação entre variáveis.

Método

Participantes

Participaram neste estudo 108 figuras parentais das quais 79 (73.1%) eram mães e 29 (26.9%) eram pais, com idades compreendidas, à data do estudo, entre os 35 e os 59 anos ($M = 47.80$, $DP = 4.75$), e no momento de adoção, entre 26 e 52 anos ($M = 40.92$, $DP = 4.90$). Relativamente às suas habilitações literárias, mais de metade da amostra ($n = 87$, 80.6%) concluiu o Ensino Superior, mais especificamente três (2.8%) o Bacharelato, 53 (49.1%) a Licenciatura, 17 (15.7%) o Mestrado e 14 (13%) o Doutoramento. Dos restantes 21 participantes, um (0.9%) concluiu o 3.º Ciclo do Ensino Básico e 20 (18.5%) o Ensino Secundário. Dos 108 participantes, apenas seis (5.5%) não se encontravam ativos/empregados, um (0.9%) estava desempregado e cinco (4.6%) encontravam-se sem trabalho por opção própria.

Estes participantes adotaram 108 crianças/adolescentes, com idades compreendidas, no momento da recolha de dados, entre 4.17 e 19.50 anos ($M = 11.49$, $DP = 4.08$), 57 (52.8%) do sexo masculino e 51 (47.2%) do sexo feminino. No que concerne à escolaridade, no momento da recolha de dados, 18 (16.7%) frequentavam o Jardim de Infância, 24 (22.2%) o 1º Ciclo do Ensino Básico, 20 (18.6%) o 2º Ciclo do Ensino Básico, 27 (25.0%) o 3º Ciclo do Ensino Básico, 18 (16.7%) o Ensino Secundário e um (0.9%) não se encontrava a estudar. Relativamente à sua história passada, as crianças foram separadas das suas famílias biológicas, em média, aos dois anos de idade ($M = 2.09$, $DP = 2.44$, $Min. = 0.00$, $Máx. = 13.00$), e permaneceram aos cuidados de uma casa/família de acolhimento (apenas dois em família de acolhimento; 106 em instituição, sendo que destes, 27 passaram por mais do que uma instituição, e um já se encontrava numa casa de autonomia), em média, cerca de dois anos e meio ($M = 2.52$, $DP = 1.73$, $Min. = 0.08$, $Máx. = 8.67$). No que diz respeito aos motivos de retirada das crianças das suas famílias biológicas, 78 (72.2%) crianças foram retiradas por experiências de negligência, 39 (36.1%) por abandono, 14 (13%) por maus-tratos físicos, nove (8.3%) por maus-tratos psicológicos, e três (2.8%) por abuso sexual. Para duas (1.9%) crianças, o motivo para a sua entrada no sistema de proteção foi a orfandade. Note-se, ainda, que 21

(19.4%) crianças obtiveram consentimento para adoção. Destas retiradas, 44 (40.7%) resultaram de mais do que um motivo.

Mais de 3/4 das crianças ($n = 88$, 81.5%) integraram uma família adotiva biparental, tendo as restantes ($n = 20$, 18.5%) integrado uma família monoparental. Além disso, 61 (56.5%) crianças pertenciam a uma família com fratria (43.5% são filhos únicos), sendo que destas, 49 (80.3%) eram compostas por uma fratria de dois irmãos e 12 (19.7%) por uma fratria de três irmãos. Relativamente ao tipo de fratria, 26 (42.6%) crianças tinham irmãos biológicos (ou seja, mais do que uma criança adotada com ligação biológica entre si), 20 (32.8%) eram irmãos por adoção, pelo facto de o casal ter também um filho biológico, e 11(18%) eram também irmãos por adoção, mas pelo facto de a família ter adotado mais do que uma criança sem ligação biológica. Para além disso, quatro agregados familiares eram mistos (6.5%), ou seja, compostos quer por fratrias de irmãos biológicos, quer de irmãos por adoção.

Por fim, no que concerne aos rendimentos brutos dos agregados familiares, estes variaram entre os 700 e 1400 euros (rendimento mais baixo) e 9100 e 10500 euros (rendimento mais alto), sendo que a maior parte da amostra ($n = 31$, 29.2%) contava com um rendimento bruto mensal entre 2100 e 3500 euros.

Instrumentos

Brief Assessment Checklists for Children and Adolescents (Tarren-Sweeney, 2013, 2019)

O *Brief Assessment Checklist* (BAC), desenvolvido por Tarren-Sweeney (2013, 2019) e traduzido para português por Barbosa-Ducharme e Soares (2021a, 2021b), é um instrumento de rastreio e monitorização de dificuldades de saúde mental, particularmente problemas de vinculação e trauma (Tarren-Sweeney et al., 2019), especificamente desenvolvido para as crianças e adolescentes que navegam o Sistema de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (Tarren-Sweeney, 2013). Este instrumento é composto por duas versões, uma para crianças (*Brief Assessment Checklist for Children* [BAC-C]) e outra para adolescentes (*Brief Assessment Checklist for Adolescents* [BAC-A]), ambas usadas neste estudo, derivadas do *Assessment Checklist for Children* (ACC) e do *Assessment Checklist for Adolescents* (ACA), respetivamente (Tarren-Sweeney et al., 2019). Quer a BAC-C, quer a BAC-A são constituídas por 20 itens avaliados através de uma escala de *Likert* de 3 pontos (0 = *Não se aplica à/ao minha/meu filha(o)*; 1 = *Aplica-se parcialmente à/ao minha/meu filha(o)*; 2 = *Aplica-se totalmente à/ao minha/meu*

filha(o)) para os 16 primeiros itens e 0 = *Nunca se verificou nos últimos 4-6 meses*; 1 = *Verificou-se uma vez nos últimos 4-6 meses*; 2 = *Verificou-se mais do que uma vez nos últimos 4-6 meses* para os últimos quatro itens). Relativamente aos pontos de corte, uma pontuação total igual ou superior a 7 é considerada clinicamente significativa (Tarren-Sweeney et al., 2019). Neste estudo, quer o BAC-C, quer o BAC-A apresentaram muito boa consistência interna ($\alpha = .85$ e $\alpha = .86$, respetivamente).

Questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança (Barbosa-Ducharne & Soares, 2021c)

O Questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança (Barbosa-Ducharne & Soares, 2021c) permitiu recolher informação acerca da história de vida passada das crianças, nomeadamente, sobre as problemáticas da família biológica e os motivos da retirada. A recolha da informação relacionada com o passado da criança permitiu categorizar a variável das ACE de acordo com as categorias propostas por Felitti et al. (1998). Neste estudo foram identificadas as seguintes ACE: (a) maltrato físico, (b) maltrato psicológico, (c) abuso sexual, (d) negligência, (e) violência doméstica, (f) consumo de substâncias, e (g) doença mental de um ou ambos os pais. Embora a experiência de retirada da família biológica, o abandono e a orfandade não se enquadrem nas categorias propostas por Felitti et al. (1998), importa notar que, no presente estudo, estas foram igualmente consideradas como uma ACE, devido à sua natureza traumática. Após esta categorização, para cada criança foi calculado o número total de ACE, tendo esta sido a variável usada no presente estudo. Este questionário permitiu ainda recolher informação sobre a idade da criança aquando do momento de adoção, que juntamente com a informação sobre a idade atual da criança permitiu calcular o tempo de adoção.

Questionário de Compreensão Parental da Perda e Trauma da Criança Adotada (Soares & Barbosa-Ducharne, 2021)

O Questionário de Compreensão Parental da Perda e Trauma da Criança Adotada (Soares & Barbosa-Ducharne, 2021), resulta da tradução e adaptação do *Grief and Loss Scale* (Rolock & Fong, 2019), desenvolvido no âmbito do “The National Quality Improvement Center for Adoption and Guardianship Support and Preservation (QIC-AG). Este questionário é constituído por 20 afirmações relativas ao reconhecimento, por parte dos pais adotivos, das experiências de perda/luto das crianças adotadas (e.g., “A perda está presente na vida da criança adotada”; “As próprias experiências de luto e perda

dos pais, com frequência, tornam mais difícil exercer a parentalidade de uma criança com experiência de perda”; “Os pais adotivos devem priorizar a sua relação com o/a filho/a, em vez de a disciplinar quando ela exhibe comportamentos altamente desajustados”) e é avaliado através de uma escala de *Likert* de 5 pontos (1 – *Discordo Totalmente* a 5 – *Concordo Totalmente*). A pontuação total, obtida através do somatório da pontuação de cada item do instrumento, pode variar entre 20 e 100, sendo que quanto mais alto o valor da pontuação, maior a compreensão dos pais em relação às questões de perda e luto dos seus filhos. Saliente-se, ainda, que oito dos 20 itens foram invertidos (e.g., Os pais adotivos podem ajudar as crianças a superar o trauma e a perda, mas a maior parte do tratamento deve ser feito em terapia/acompanhamento psicológico), de forma a que pontuações mais altas, na escala total, significassem maior sensibilidade. No presente estudo, este instrumento revelou uma boa consistência interna ($\alpha = .71$).

Questionário Sociodemográfico (Projeto AdoPt, 2021)

O Questionário Sociodemográfico (Projeto AdoPt, 2021) permitiu recolher dados gerais acerca das figuras parentais (e.g., idade, sexo, habilitações literárias, situação face ao emprego), das crianças adotadas (e.g., idade, sexo, perturbações de vinculação) e da estrutura familiar (e.g., família biparental/monoparental, número de elementos da fratria e tipo de fratria).

Procedimentos

O presente estudo encontra-se integrado num projeto mais alargado financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), designado “AdoPt – Follow-up em Pós-Adoção: Capacidades, dificuldades e necessidades de famílias adotivas portuguesas” (Barbosa-Ducharne et al., 2023) que está a ser implementado, desde 2021, por uma equipa de investigadores da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), com o principal objetivo de colmatar a escassez de dados empíricos no que diz respeito às trajetórias das famílias adotivas em pós-adoção.

Seleção da Amostra

A amostra deste estudo corresponde a uma subamostra do primeiro momento de recolha de dados (T1) do Projeto AdoPt, incluindo as famílias que participaram entre abril

de 2021 e julho de 2023. No âmbito do Projeto AdoPt, por questões de confidencialidade, a identificação dos participantes, dentro dos critérios de inclusão no estudo, ficou à responsabilidade do Instituto de Segurança Social, Instituto Público (ISS, IP). Esta entidade, por meio dos diferentes serviços de adoção do país, realizou um primeiro contacto com as famílias, via *email*, convidando-as a participar e fornecendo-lhes um conjunto de informações detalhadas acerca do estudo, para que pudessem decidir participar ou não. Inicialmente, o projeto visava contactar apenas famílias que tivessem adotado nos anos 2013, 2016 e 2019, e que tivessem, à data do contacto, crianças entre os 2 e os 18 anos de idade. No entanto, face à dificuldade em conseguir a amostra pretendida, o estudo foi alargado a outros anos de adoção. Numa segunda fase, o Projeto AdoPt foi também divulgado através de diferentes meios de comunicação, com o intuito de alcançar um maior número de famílias adotivas.

As famílias que demonstraram interesse em fazer parte do projeto efetuaram o seu registo na plataforma *myAdoPt*, através de um código de acesso que lhes foi fornecido via *email*. Durante o registo, as famílias foram convidadas a assinar um consentimento informado e, posteriormente, foi-lhes solicitado que, no prazo de três semanas, procedessem ao preenchimento do protocolo de recolha de dados relativo ao T1.

Recolha de Dados

A recolha de dados ocorreu *online* através de uma plataforma *Microsoft Dynamics* 365 (<https://myadopt.pt/>) criada exclusivamente para o projeto. No acesso à plataforma foi pedido que a figura parental (a mais envolvida no dia-a-dia da criança, no caso das famílias biparentais) respondesse aos questionários que fazem parte do protocolo do T1, relativos a si mesmo, à criança e à relação pais-filhos.

Análise de Dados

O processo de análise de dados foi realizado através da 29ª versão do *software* IBM SPSS *Statistics*. Numa fase inicial, e por forma a possibilitar a caracterização da amostra, foram analisadas as frequências e as descritivas das variáveis de caracterização sociodemográficas dos participantes/famílias, das crianças adotadas e do seu passado. De seguida, procedeu-se à análise univariada das principais variáveis em estudo.

Os valores de assimetria e curtose foram estudados por forma a verificar a normalidade das variáveis em estudo. Os resultados permitiram verificar uma distribuição normal. Foram, também, calculados os *scores z* das três variáveis principais em estudo

(ACE, problemas emocionais/comportamentais, compreensão parental à perda/trauma), com o intuito de verificar a possível existência de *outliers*. Os resultados não identificaram *outliers* extremos. A amostra não tem *missings*. Seguidamente, recorreu-se à análise bivariada, explorando correlações *r* de *Pearson*, para definir a matriz de correlações entre as variáveis em estudo.

Finalmente, a mediação e os efeitos condicionais foram testados utilizando a macro PROCESS v4.2 para SPSS (Hayes, 2013), tendo sido testado, mais especificamente, o Modelo 14 (mediação moderada), que integra os efeitos diretos e indiretos das ACE (variável independente) sobre os problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas (variável dependente), considerando tanto a mediação através da compreensão parental da perda e trauma (variável mediadora) quanto a moderação pelo tempo de adoção (variável moderadora; cf. Figura 1). Recorreu-se à técnica de *bootstrapping* para calcular intervalos de confiança para os efeitos indiretos e diretos.

Resultados

Problemas Emocionais e Comportamentais das Crianças Adotadas

O *score* total de problemas de comportamento variou entre 1 e 32, com uma pontuação média de 12.87 (*DP* = 7.44, *Min.* = 1, *Máx.* = 32). Mais especificamente, 84 crianças (77.8%) apresentaram uma pontuação total de problemas emocionais e comportamentais igual ou superior a 7 (ponto de corte definido pelos autores do instrumento), o que significa que apresentam valores clinicamente significativos.

Experiências de Adversidade na Infância

No que diz respeito às ACE, foi criada uma variável, através do somatório das ocorrências de experiências de adversidade na infância, que permitiu verificar que as crianças apresentavam um número total de ACE compreendido entre 1 e 7, apresentando uma média de 3.28 ACE (*DP* = 1.35, *Min.* = 1, *Máx.* = 7). Das 108 crianças, nove (8.3%) vivenciaram uma ACE, 20 (18.5%) vivenciaram duas ACE, 40 (37.0%) experimentaram três ACE, 20 (18.5%) quatro ACE, 10 (9.3%) cinco ACE, oito (7.4%) seis ACE e uma (0.9%) sete ACE.

Compreensão Parental da Perda e Trauma da Criança Adotada

A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas da compreensão dos pais da perda e trauma das crianças. A compreensão da perda/trauma apresentou uma média de 66.16 ($DP = 8.29$, $Min. = 49$, $Máx. = 92$), que se traduz num nível de compreensão moderado. Mais especificamente, os resultados revelaram que os pais adotivos mostram maior compreensão para questões como 1) a importância para a criança de sentir que a família a reconhece como sendo sua; 2) os pais serem incluídos no processo, quando uma criança adotada é acompanhada por um psicólogo/pedopsiquiatra; 3) o facto de a perda estar presente na vida da criança adotada; e 4) as crianças com menos de 6 anos poderem também sentir o luto. Por outro lado, os resultados revelaram menor compreensão parental face a aspetos como: 1) o facto de as crianças adotadas em bebé sofrerem igualmente o impacto da perda dos pais biológicos; 2) o facto de as crianças perderem parte da sua identidade através da adoção; 3) o facto de a perda ter tanto impacto na criança como o abuso e a negligência; 4) considerarem que não devem esperar pela adolescência dos filhos para abordar com eles certas partes dolorosas da sua história; ou 5) que alguns detalhes da história de vida de uma criança adotada não devem ser partilhados com ela; 6) o facto de as crianças adotadas terem para sempre uma ligação à família biológica.

Uma análise adicional, evidenciou um grau significativamente mais elevado de compreensão parental da perda e trauma nos pais cujos filhos apresentam problemas emocionais e comportamentais de nível clínico ($M = 67.39$, $DP = 8.39$), comparativamente com os pais das crianças que não apresentam problemas emocionais e comportamentais clinicamente significativos e ($M = 61.83$, $DP = 6.34$), $t(106) = 3.01$, $p = .003$, $d = 0.70$, IC a 95% [1.89, 9.23].

Relações entre Experiências de Adversidade, Compreensão Parental da Perda/Trauma e Problemas Emocionais e Comportamentais das Crianças Adotadas

Na Tabela 2 são apresentadas as correlações entre as quatro variáveis em estudo, a saber, o número de experiências de adversidade vividas na infância, a compreensão dos pais da perda/trauma, os problemas emocionais e comportamentais da criança adotada e o tempo de adoção. Simultaneamente, a Tabela 2 apresenta as correlações destas variáveis com o sexo e a idade da criança, de forma a identificar possíveis co-variáveis.

A análise de correlações permitiu verificar que o número total de ACE se relacionou positiva e significativamente com os problemas emocionais e comportamentais ($r = .37$, $p = <.001$), bem como com a compreensão parental da

perda/trauma ($r = .29, p = .002$). Estes resultados indicam que quanto maior o número de ACE, mais problemas de comportamento a criança apresenta e maior a compreensão dos pais das experiências de perda/trauma. Relativamente à compreensão dos pais da perda/trauma da criança, esta correlacionou-se positiva e significativamente com os problemas emocionais e comportamentais ($r = .40, p = <.001$), indicando que quanto maior a compreensão dos pais das experiências traumáticas dos seus filhos, mais problemas de comportamento estes apresentam, e vice-versa. Por sua vez, o tempo de adoção evidenciou uma relação negativa e significativa com a compreensão parental da perda e trauma ($r = -.23, p = .015$), indicando uma diminuição da compreensão dos pais às experiências de perda e trauma das crianças ao longo do tempo. Verificou-se, ainda, uma correlação negativa e não significativa entre o tempo de adoção e o número total de ACE ($r = -.17, p = .071$), assim como com os problemas emocionais e comportamentais ($r = -.05, p = .618$).

Relativamente à relação destas variáveis com o sexo e idade, observou-se uma correlação positiva e significativa entre os problemas comportamentais e emocionais da criança e a idade atual da criança ($r = .26, p = .006$), o facto de a criança ser do sexo feminino ($r = .24, p = .015$; cf. Tabela 2).

Teste do Modelo de Mediação Moderada

Os resultados do modelo de mediação moderada encontram-se na Figura 2. Através do teste de mediação moderada verificou-se um efeito significativo das ACE na compreensão parental à perda/trauma da criança ($a_i = 0.09, p = .002$); um efeito significativo da compreensão parental da perda/trauma nos problemas emocionais/comportamentais ($b_{1i} = 6.51, p <.001$); e um efeito direto e significativo entre ACE e problemas emocionais/comportamentais ($c' = 1.59, p = .002$). Estes resultados provam, assim, tanto o efeito direto como o efeito indireto das ACE nos problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas, apontando, para uma mediação parcial.

No que toca à interação entre a compreensão parental das experiências de perda/trauma e o tempo de adoção, esta não se revelou significativa ($b_{3i} = 0.14, ns$), pelo que se verificou que o tempo de adoção não modera a relação entre compreensão parental e problemas emocionais e comportamentais, ou seja, os efeitos indiretos das ACE nos problemas emocionais e comportamentais via compreensão parental, são independentes do tempo de adoção (cf. Figura 2). O modelo evidenciou um efeito indireto significativo

das ACE nos problemas emocionais/comportamentais das crianças, através da compreensão parental das experiências de perda e trauma, independentemente do tempo de adoção ser baixo ($M - 1DP$; efeito = 0.43, $SE = 0.04$, IC a 95% [0.06, 0.94]), médio (efeito = 0.58, $SE = 0.26$, IC a 95% [0.14, 1.18]), ou alto ($M + 1DP$; efeito = 0.73, $SE = 0.35$, IC a 95% [0.17, 1.53]).

Discussão

O presente estudo teve como principal objetivo explorar a relação entre o número de experiências adversas vividas pelas crianças na infância, a compreensão parental das experiências de perda e trauma e os problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas. Adicionalmente, pretendia-se estudar o papel do tempo de adoção nestas relações. Para tal, e com base na revisão da literatura existente, foi desenhado um modelo de mediação moderada, considerando o efeito direto das experiências adversas na infância (variável pré-adoção), e indireto da compreensão parental das experiências de perda e trauma (variável pós-adoção, relacionada com uma parentalidade positiva/sensível), nos problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas. No modelo final, foi ainda considerado o papel do tempo de adoção, como possível moderador destas relações. Através do desenho deste modelo concetual foram definidas e testadas um conjunto de hipóteses que serão de seguida discutidas. Antes disso, serão discutidos os resultados descritivos relativos às variáveis em estudo, que permitiram tecer também algumas conclusões importantes.

No que diz respeito aos problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas (variável dependente deste estudo), mais de 3/4 das crianças (77.8%) apresentou problemas de nível clínico, o que é um dado particularmente preocupante. Efetivamente, a investigação nesta área tem mostrado que a maior parte das crianças adotadas parecem bem ajustadas (e.g., Askeland et al., 2017; Finet et al., 2020), ainda que outros estudos tenham encontrado resultados diferentes (e.g., Anthony et al., 2019). Contudo, uma possível explicação para estas diferenças prende-se com aspetos metodológicos, como os diferentes instrumentos de medida utilizados. Ao contrário de muitos outros estudos que têm recorrido a instrumentos tradicionais/dirigidos à população normativa, tais como o CBCL (e.g., Paine, Perra et al., 2021) ou o SDQ (e.g., Balenzano et al., 2021; Bovenschen et al., 2023), no presente estudo, recorreu-se a um instrumento específico para populações vítimas de trauma/história de adversidade, pelo que a sensibilidade do instrumento a casos clínicos possa ter sido superior.

Os resultados revelaram ainda uma correlação positiva e significativa entre os problemas emocionais e comportamentais e a idade atual e o sexo da criança, verificando-se que os problemas aumentam quando se trata de raparigas e quanto maior a idade da criança. Relativamente à idade, os resultados do presente estudo são consistentes com os resultados de outras investigações (e.g., Hornfeck et al., 2019; Pace et al., 2022) que apontam a vulnerabilidade das crianças mais velhas para o desenvolvimento de problemas emocionais e comportamentais. No que se refere ao sexo da criança, Brodzinsky et al. (1984) também evidenciaram mais problemas emocionais e comportamentais em crianças adotadas do sexo feminino, do que em crianças adotadas do sexo masculino. No entanto, importa refletir e investigar se esta diferença não advém do facto de as raparigas terem maior facilidade em exteriorizar e comunicar os seus problemas. Por outro lado, e apesar da importância que tem sido atribuída ao tempo de adoção (e.g., Paine, Fahey et al., 2021; Soares, Barbosa-Ducharne et al., 2019), neste estudo não se observou correlação entre o tempo de adoção e os problemas emocionais/comportamentais da criança, verificando-se que, por si só, o tempo de adoção não tem um efeito exacerbador, nem atenuador, dos problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas; há, com certeza, um conjunto de outras variáveis que influenciam/interagem/moderam essa relação.

O número de experiências adversas vivenciadas pelas crianças no período pré-adoativo (variável independente) foi, em média, acima das três ACE, podendo atingir um máximo de sete, o que a investigação tem mostrado ter um importante impacto negativo no desenvolvimento, a curto, médio e longo prazo, na medida em que a exposição a múltiplas adversidades tem impacto para além do efeito aditivo destas, pois a adversidade atua de forma complexa e sinérgica (e.g., Nelson et al., 2020).

No que diz respeito à compreensão parental da perda e trauma da criança (variável independente – mediadora), as pontuações obtidas nesta variável foram consideradas médias/moderadas, ainda que não existiam normas para o instrumento utilizado. Os resultados revelaram maior sensibilidade/compreensão parental para questões relacionadas, por exemplo, com a necessidade da criança de sentir que é um membro efetivo da família ou, ainda, com a importância do envolvimento parental no acompanhamento terapêutico da criança. Por outro lado, as figuras parentais demonstraram níveis menores de compreensão parental para questões relacionadas com a perda e as suas possíveis implicações na vida da criança, bem como com a comunicação em torno das experiências passadas. Na medida em que a perda é uma vivência comum a todas as crianças adotadas (Barroso, 2017), este resultado é alarmante. De acordo com

um estudo desenvolvido por Soares, Ralha et al. (2019), a maior dificuldade evidenciada pelas crianças, ao nível das interações familiares, foi a comunicação sobre adoção. No entanto, é fundamental que os pais adotivos estejam preparados para auxiliar a criança a dar significado à sua história (Soares, Ralha et al., 2019) e, consequentemente, a desenvolver uma identidade saudável (Kim & Tucker, 2020).

A maior/menor compreensão parental não se relacionou nem com a idade da criança, nem com o seu sexo. Contudo, observou-se uma correlação negativa e significativa com o tempo de adoção, sugerindo que a compreensão parental das experiências de perda/trauma da criança vai diminuindo à medida que o tempo de adoção aumenta. Este resultado merece uma atenção especial. A literatura na adoção (e.g., Anthony et al., 2019; Paine, Fahey et al., 2021) levaria a supor que, à medida que o tempo aos cuidados de uma família responsiva e promotora de um ambiente de desenvolvimento saudável e seguro aumenta, mais confortáveis, confiantes e pertencentes à família se sentiriam as crianças; consequentemente, mais próxima se tornaria a relação pais-filhos e maior poderia ser a empatia, sensibilidade e compreensão dos pais ao passado, aos traumas e às perdas das crianças. Contudo, não é isto que este resultado parece fazer transparecer. Várias possíveis explicações podem ser levantadas – será que inicialmente e em “fase de lua de mel” da família existe uma maior empatia pela história de vida da criança, que se vai diluindo ao longo do tempo?; será que à medida que o tempo de adoção avança, os pais têm mais expectativas de que as perdas e os traumas sejam menos presentes porque as crianças agora “estão bem nesta família e isso é que importa”, quando é precisamente mais tarde que a vivência da perda pode ser mais significativa para a criança?. Outra possível explicação pode estar relacionada com o facto de que um maior tempo de adoção sugere uma adoção que ocorreu há mais tempo, pelo que as figuras parentais podem não ter sido suficientemente preparadas para as questões do impacto do trauma, tornando-se, assim, menos compreensivas e sensíveis a este tipo de experiências. Esta relação pode também ser influenciada por outras variáveis, como a etapa do ciclo de vida em que se encontra a criança; para tal será útil centrarmo-nos na relação existente entre tempo de adoção e idade da criança ($r = .67$), que mostra que as crianças com mais tempo de adoção são também as crianças mais velhas (adolescentes). Uma possível explicação para este resultado pode, justamente, estar relacionada com o aumento de comportamentos problemáticos no período da adolescência (e.g., Askeland et al., 2017), que conduz os pais a estarem de tal maneira focados nos mesmos e, consequentemente, a

terem dificuldades em relacionar estes problemas com o trauma anteriormente vivenciado.

A primeira hipótese do estudo, que supunha uma relação positiva entre ACE e problemas de comportamentos, foi confirmada. Efetivamente, verificou-se que as crianças expostas a um maior número de eventos traumáticos/experiências de adversidade na infância/período pré-adoativo, apresentaram níveis mais elevados de problemas emocionais/comportamentais após a adoção. Este resultado vem corroborar e ampliar a evidência científica de outros estudos (e.g., Anthony et al., 2019; Paine, Fahey et al., 2021) que sublinham o impacto negativo que um maior número de ACE desempenha no ajustamento posterior das crianças adotadas. Note-se que após cerca de sete anos de tempo médio de adoção este impacto negativo continua a fazer-se sentir.

A segunda hipótese pressupunha que os pais, cujos filhos vivenciaram um maior número de ACE, demonstrassem maior compreensão às suas experiências de perda/trauma. Esta hipótese foi confirmada. Embora seja muito positivo para a recuperação e desenvolvimento das crianças que vivenciaram um maior número de ACE terem pais mais compreensivos às suas experiências de perda e trauma, é de extrema importância que esta compreensão seja uma competência transversal a todos os pais adotivos, independentemente do número de ACE vivenciados pelos seus filhos. Investigações anteriores sugerem que a capacidade para enfrentar as consequências das experiências de vida passadas difere entre as crianças adotadas (e.g., Brodzinsky et al., 2022). Além do mais, o próprio impacto dos diferentes tipos de ACE, nos resultados posteriores das crianças, não deve ser considerado como equivalente (Blake et al., 2022; Nelson et al., 2020). Assim, os resultados do presente estudo sublinham a necessidade de se trabalhar esta variável da compreensão parental às experiências de perda e trauma com todos os pais - independentemente do número de ACE, e do impacto destas no seu ajustamento posterior – tão essencial para potenciar o desenvolvimento de vínculos seguros (Boswell & Cudmore, 2017).

Adicionalmente, e considerando estes resultados e os resultados referentes à hipótese anterior, Balenzano et al. (2021) identificaram uma relação indireta entre o número de ACE e os problemas de comportamento das crianças mediada pela parentalidade positiva. Esta relação aponta que a parentalidade positiva desempenha um papel protetor sobre os problemas emocionais/comportamentais em crianças com um elevado número de ACE. Contudo, no presente estudo, valores mais elevados de compreensão parental das experiências de perda e trauma (importante mecanismo de

parentalidade positiva em crianças adotadas) parecem ter um efeito contrário nos problemas emocionais/comportamentais das crianças, na medida em que se observou uma relação positiva e significativa entre estas duas variáveis, e não uma relação negativa tal como a terceira hipótese deste estudo postulava. A literatura tem evidenciado que a grande maioria das crianças adotadas apresenta um nível normativo de problemas emocionais/comportamentais, embora algumas possam apresentar níveis muito elevados de problemas de comportamento e emocionais (e.g., Askeland et al., 2017). Na amostra de crianças do presente estudo, os relatos dos pais indicaram que mais de metade das crianças apresentava problemas de cariz comportamental e emocional de nível clínico. Este carácter persistente e agravado dos problemas emocionais e comportamentais das crianças podem exercer alguma influência sobre as expectativas e motivações dos pais (Bovenschen et al., 2023) e, consequentemente, reduzir a capacidade dos mesmos em estabelecer e reconhecer uma ligação entre estes problemas e os traumas vivenciados anteriormente.

De facto, os resultados mostraram que quando comparadas as crianças que se encontravam num nível clínico com as crianças que se posicionam num nível não clínico em termos de problemas comportamentais, os pais de crianças com problemas de nível clínico mostraram-se mais compreensivos quanto às experiências de perda/trauma dos seus filhos. Este resultado parece sugerir que a compreensão dos pais das experiências de perda e trauma das crianças não se constitui como uma característica dos mesmos, mas sim uma competência que podem adquirir quando confrontados com desafios significativos por parte dos seus filhos. Esta conclusão, vai ao encontro dos resultados recentes de Bovenschen et al. (2023), que verificaram que o comportamento dos pais pode ser moldado pelos comportamentos das crianças, sugerindo que os problemas emocionais/comportamentais das crianças podem desencadear problemas de motivação nos pais e, consequentemente, afetar o exercício de uma parentalidade positiva. Adicionalmente, Balenzano et al. (2021) verificaram que a parentalidade sensível de pais de crianças que vivenciaram um maior número de ACE pode ser substituída por menores níveis de aceitação e comportamentos mais negativos.

Embora este resultado, numa primeira análise, possa parecer positivo, por sugerir que as crianças com muitos problemas acabam por ser compreendidas pelos seus pais, ele aponta a possibilidade de muitas outras crianças não serem devidamente acompanhadas. Não se pode considerar que uma criança adotada que não expressa os seus problemas

emocionais/comportamentais não sofre com a mesma intensidade do que aquelas que conseguem expressar os seus problemas.

Diretamente relacionada com estes resultados estava a quarta hipótese, que pressupunha um efeito mediador da compreensão parental da perda/trauma na relação entre ACE e problemas emocionais/comportamentais das crianças adotadas. Embora a mediação tenha ficado comprovada – mediação parcial, pois observou-se um efeito indireto, mas também direto – como vimos anteriormente, a direção das relações no modelo não foram as esperadas.

Finalmente, a quinta hipótese pressupunha que esta mediação fosse condicionada pelo tempo de adoção, mais especificamente que a relação entre a compreensão parental da perda/trauma e os problemas emocionais/comportamentais da criança fosse moderada pelo tempo de adoção. Com base na literatura prévia pôs-se a hipótese que mais tempo de adoção fortalecesse a relação negativa entre a compreensão parental e os problemas emocionais/comportamentais da criança. Esta hipótese também não se confirmou. Verificou-se que, independentemente do tempo de adoção, uma elevada compreensão parental da perda e trauma impulsionou os problemas emocionais e comportamentais das crianças, resultantes do número de experiências de adversidade vivenciadas. Deste modo, os resultados sugerem que o número total de experiências de adversidade conduz ao aumento da compreensão parental da perda e trauma que, por sua vez, conduz a problemas emocionais e comportamentais acrescidos nas crianças adotadas, independentemente de a criança estar integrada na família adotiva há mais ou menos tempo.

Este estudo trouxe assim resultados menos expectáveis particularmente no que diz respeito à variável compreensão parental da perda e trauma da criança, que tem sido pouco explorada na investigação em adoção. Para além de se constituírem uma mais-valia para a evidência científica neste âmbito, estes resultados realçam um conjunto importante de implicações para a prática, que importa destacar. Nomeadamente, realçam a necessidade de abordar o trauma com futuros candidatos à adoção e com famílias em pós-adoção, pois os resultados apontam para uma certa desvalorização, por parte dos pais, do impacto da perda. Comparando a perceção dos pais relativamente ao impacto do abuso e da negligência e ao impacto da perda nas crianças, o segundo é menos reconhecido pelos mesmos, o que evidencia uma falta de conhecimento sobre as implicações da perda vivenciada pelas crianças adotadas. Adicionalmente, os resultados mostraram que alguns pais acreditam que a revelação de determinados aspetos da vida da criança deve ser atrasada até à adolescência ou, até mesmo, que esses aspetos devem ser escondidos. De

acordo com Baden et al., (2019), quanto mais tarde a criança descobrir o seu estatuto adotivo, e as circunstâncias em torno dele, maior será o sofrimento psicológico experienciado pela mesma. A formação de pais adotivos com base numa abordagem informada pelo trauma impõe-se, portanto, como promissora e urgente.

O presente estudo possui algumas limitações que merecem ser discutidas. Como primeira limitação, saliente-se que o recurso ao somatório total das experiências de adversidade vivenciadas pelas crianças assume que todas as ACE impactam, de forma igual, o ajustamento das crianças adotadas no período pós-adoção (Blake et al., 2022; Lacey & Minnis, 2020). Assim, e tal como evidenciado por Blake et al. (2022) são poucos os estudos que recorrem a variáveis latentes, de modo a possibilitar o controlo dos diferentes impactos que as ACE podem desencadear no ajustamento das crianças. Sugere-se que investigações futuras tenham este aspeto em consideração.

Relativamente aos informantes do presente estudo, saliente-se a necessidade de futuras investigações recorrerem a uma abordagem multi-informantes. Efetivamente, e tal como verificado em Wright et al. (2022), as perceções de pais e filhos, relativamente aos problemas emocionais e comportamentais, nem sempre correspondem. Neste sentido, é importante conduzir estudos em que seja possível traçar uma imagem mais completa e robusta sobre as experiências vivenciadas no período prévio à adoção, mas também no período pós-adoção.

Por fim, destaca-se o facto de a escala da compreensão parental da perda e luto não ter sido ainda estudada. Efetivamente, não sabemos até que ponto os resultados mais contraditórios/menos expectáveis não poderão ter a ver com alguma limitação relacionada com o questionário. Será importante, futuramente, desenvolver um estudo do instrumento e da sua estrutura fatorial.

Não obstante estas limitações, o presente estudo permitiu dar resposta à lacuna existente na literatura ao nível da compreensão parental das experiências de perda e trauma das crianças adotadas, até agora, pouco estudada. Além do mais, os resultados apontam para a urgência de se apostar em serviços pós-adoção orientados por uma abordagem *trauma-informed*, que ainda parecem limitados, quer ao nível da quantidade, quer ao nível da qualidade (Hartinger-Saunders et al., 2019), bem como de se incluir, na formação dos futuros candidatos a adoção, conteúdos relativos à perda e ao trauma, dado que é através da formação que os pais têm a oportunidade de desenvolver competências que os ajudem a atender, de forma adequada, às necessidades dos seus filhos quando estes apresentam problemas emocionais e comportamentais (Bovenschen et al., 2023).

Consequentemente, esta formação informada sobre o trauma, que fornece estratégias práticas, pode impactar de forma muito positiva a estabilidade e a permanência (Brodzinsky & Smith, 2019) que tanto se procura na adoção.

Conclusão

O presente estudo teve como principais objetivos investigar o impacto das experiências de adversidade na infância nos problemas emocionais e comportamentais das crianças adotadas, e compreender o papel, até agora pouco explorado na investigação da compreensão parental das experiências de perda e trauma. Os resultados obtidos apoiam as repercussões que as ACE, mais especificamente o caráter cumulativo das mesmas, desempenha no ajustamento emocional e comportamental das crianças no período pós-adotivo. Além disso, os resultados evidenciaram que as consequências das adversidades na infância não se refletem única e exclusivamente no ajustamento pós-adotivo das crianças, mas, também, na compreensão parental das experiências de perda e trauma, que aumenta conforme o número de ACE.

Ainda no que diz respeito à compreensão parental das experiências de perda e trauma, o presente estudo permitiu identificar que aspetos são mais e menos compreendidos pelos pais, bem como a influência da criança no nível de compreensão parental às experiências de perda/trauma. Efetivamente, os resultados parecem sugerir que não são os níveis de compreensão parental das experiências traumáticas das crianças que têm impacto nos problemas emocionais e comportamentais das crianças, mas sim o inverso. De facto, o estudo indica que os pais, ao se depararem com os desafios comportamentais e emocionais dos filhos, vão desenvolvendo uma maior compreensão face às experiências de perda e trauma.

Deste modo, o presente estudo, por um lado, reforça a necessidade de se apostar em serviços de pós-adoção, bem como na formação de profissionais especializados ao nível de intervenções informadas pelo trauma e, por outro lado, os resultados enfatizam a necessidade de integrar conteúdos relacionados com a compreensão da perda e do trauma nas formações destinadas aos candidatos à adoção, e de lhes fornecer recursos práticos, para os ajudar a lidar, de forma adequada, com as problemáticas comportamentais e emocionais dos seus filhos. Consequentemente, esta educação/apoio facilitará a recuperação das crianças e o sucesso dos projetos adotivos.

Referências

- Anthony, R. E., Paine, A. L., & Shelton, K. H. (2019). Adverse childhood experiences of children adopted from care: The importance of adoptive parental warmth for future child adjustment. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(12), 1-16. <https://doi.org/10.3390/ijerph16122212>
- Askeland, K. G., Hysing, M., Greca, A. M., Aaro, L. E., Tell, G. S., & Sivertsen, B. (2017). Mental health in internationally adopted adolescents: A meta-analysis. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 56(3), 203-213. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2016.12.009>
- Baden, A. L., Shadel, D., Morgan, R., White, E. E., Harrington, E. S., Christian, N., & Bates, T. A. (2019). Delaying adoption disclosure: A survey of late discovery adoptees. *Journal of Family Issues*, 40(9), 1154-1180. <https://doi.org/10.1177/0192513X19829503>
- Balenzano, C., Musso, P., Moro, G., & Cassibba, R. (2021). The relationship between preadoptive adversity and intercountry adoptees' adjustment: A mediating or moderating role of adoptive parenting?. *Children and Youth Services Review*, 127, 2-12. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2021.106087>
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2021a). The Portuguese version of the Brief Assessment Checklist for Children (BAC-C). (Instrumento não publicado).
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2021b). The Portuguese version of the Brief Assessment Checklist for Adolescents (BAC-A). (Instrumento não publicado).
- Barbosa-Ducharne, M., & Soares, J. (2021c). *Questionário sobre Experiências e Contextos do Passado da Criança*. (Instrumento não publicado).
- Barbosa-Ducharne, M., Soares, J., Palacios, J., Baptista, J., Alves, D., Cruz, O., Abreu Lima, I., Canário, C., Magalhães, E. (2023). *AdoPt - Adoptive families' strengths, difficulties, and service needs: A Portuguese follow-up study*. <https://doi.org/10.17605/OSF.IO/2K3MB>
- Barroso, R. (2017). *Experiência de perda e ajustamento psicológico em adolescentes adotados* [Tese de doutoramento, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto]. <https://core.ac.uk/download/154835650.pdf>
- Barroso, R., & Barbosa-Ducharne, M. (2019). Adoption-related feelings, loss, and curiosity about origins in adopted adolescents. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 24(4), 876-891. <https://doi.org/10.1177/1359104519858117>

- Blake, A. J., Ruderman, M., Waterman, J. M., & Langley, A. K. (2022). Long-term effects of preadoptive risk on emotional and behavioral functioning in children adopted from foster care. *Child Abuse & Neglect*, 130, 1-13.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105031>
- Boswell, S., & Cudmore, L. (2017). Understanding the «blind spot» when children move from foster care into adoption. *Journal of Child Psychotherapy*, 43(2), 243-257.
<https://doi.org/10.1080/0075417X.2017.1323946>
- Boullier, M., & Blair, M. (2018). Adverse childhood experiences. *Pediatrics and Child Health*, 28(3), 132-137. <https://doi.org/10.1016/j.paed.2017.12.008>
- Bovenschen, I., Hornfeck, F., & Kappler, S. (2023). Relation between children's and parents' behavior in adoptive families – a longitudinal analysis. *Adoption Quarterly*, 26(4), 364-388. <https://doi.org/10.1080/10926755.2023.2198520>
- Brodzinsky, D. M. (2011). Children's understanding of adoption: Developmental and clinical implications. *Professional Psychology: Research and Practice*, 42(2), 200-207. <https://doi.org/10.1037/a0022415>
- Brodzinsky, D. M. (2014). The role of birthparents in the life of the adoptive family: Real versus symbolic presence. In E. Scabini & G. Rossi (Eds.), *Allargare lo spazio familiare: Adozione e affido*. (pp. 223–238). Vita e Pensiero.
- Brodzinsky, D. M., Gunnar, M., & Palacios, J. (2022). Adoption and trauma: Risks, recovery, and the lived experience of adoption. *Child Abuse & Neglect*, 130, 1-13.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105309>
- Brodzinsky, D. M., Schechter, D. E., Braff, A. M., & Singer, L. M. (1984). Psychological and academic adjustment in adopted children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52(4), 582-590. <https://doi.org/10.1037//0022-006x.52.4.582>
- Brodzinsky, D. M., & Smith, S. L. (2019). Commentary: Understanding research, policy, and practice issues in adoption instability. *Research on Social Work Practice*, 29(2), 185–194. <https://doi.org/10.1177/1049731518782647>
- Brown, A., Waters, C. S., & Shelton, K. H. (2017). A systematic review of the school performance and behavioural and emotional adjustments of children adopted from care. *Adoption & Fostering*, 41(4), 346–368.
<https://doi.org/10.1177/0308575917731064>
- Conselho Nacional para a Adoção [CNA]. (2023). Relatório Anual de Atividades 2022. Retirado de:

<https://www.seg-social.pt/documents/10152/13200/Relat%C3%B3rio+de+atividades+do+Conselho+Nacional+para+a+Ado%C3%A7%C3%A3o+-+2022/d1109f31-ffa8-4d4c-be91-2faafeb87090>

Duncan, M., Woolgar, M., Ransley, R., & Fearon, P. (2021). Mental health and behavioural difficulties in adopted children: A systematic review of post-adoption risk and protective factors. *Adoption & Fostering*, 45(4), 414-429.

<https://doi.org/10.1177/03085759211058358>

Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., Koss, M. P., & Marks, J. S. (1998). Relationship of childhood abuse and household disfunction to many of the leading causes of death in adults. The Adverse Childhood Experiences (ACE) Study. *American Journal of Preventive Medicine*, 14(4), 245–258. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(98\)00017-8](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(98)00017-8)

Finet, C., Vermeer, H. J., Juffer, F., Bijttebier, P., & Bosmans, G. (2020). Adopted children's behavioral adjustment over time: Pre-adoption experiences and adoptive parenting. *Journal of Early Adolescence*, 40(4), 453-479.

<https://doi.org/10.1177/0272431619858408>

French, G. (1986). *Intercountry adoption: Helping a young child deal with loss*. Child Welfare League of America. Retirado de:

<https://web.p.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=4&sid=f91e616d-c3cf-4ea5-884f-293649006de8%40redis>

Hartinger-Saunders, R., Jones, A., & Rittner, B. (2019). Improving access to trauma-informed adoption services: Applying a developmental trauma framework. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 12, 119-130. <https://doi.org/10.1007/s40653-016-0104-1>

Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. The Guildford Press.

Hornfeck, F., Bovenschen, I., Heene, S., Zimmermann, J., Zwönitzer, A., & Kindler, H. (2019). Emotional and behavior problems in adopted children – The role of early adversities and adoptive parents' regulation and behavior. *Child Abuse & Neglect*, 98, 1-12. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2019.104221>

Juffer, F., & van IJzendoorn, M. H. (2005). Behavior problems and mental health referrals of international adoptees. *The Journal of the American Medical Association*, 293(20), 2501-2515.

<https://doi.org/10.1001/jama.293.20.2501>

Kim, J., & Tucker, A. (2020). The inclusive family support model: Facilitating openness for post-adoptive families. *Child and Family Social Work*, 25(1), 173-181.

<https://doi.org/10.1111/cfs.12675>

Lacey, R. E., & Minnis, H. (2020). Practitioner review: Twenty years of research with adverse childhood experience scores – Advantages, disadvantages and applications to practice. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 61(2), 116-130.

<https://doi.org/10.1111/jcpp.13135>

Lifton, B. J. (2010). Ghosts in the adopted family. *Psychoanalytic Inquiry*, 30, 71-79.

<https://doi.org/10.1080/07351690903200176>

McSherry, D., & McAnee, G. (2022). Exploring the relationship between adoption and psychological trauma for children who are adopted from care: A longitudinal case study perspective. *Child Abuse & Neglect*, 130(2), 1-16.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105623>

McSherry, D., Samuels, G. E. M., & Brodzinsky, D. (2022). An introduction to the adoption and trauma special issue. *Child Abuse and Neglect*, 130(2), 2-5.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2022.105691>

Nelson, C. A., Bhutta, Z. A., Harris, N. B., Danese, A., & Samara, M. (2020). Adversity in childhood is linked to mental and physical health through life. *The BMJ*.

<https://doi.org/10.1136/bmj.m3048>

Pace, C. S., Muzi, S., & Madera, F. (2022). Emotional-behavioral problems, attachment and verbal skills in late-adopted adolescents: The role of pre-adoption adversities and adoption variables. *Child Abuse and Neglect*, 130, 1-13.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2021.105188>

Paine, A. L., Fahey, K., Anthony, R. E., & Shelton, K. H. (2021). Early adversity predicts adoptees' enduring emotional and behavioral problems in childhood. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 30, 721-732. <https://doi.org/10.1007/s00787-020-01553-0>

Paine, A. L., Perra, O., Anthony, R., & Shelton K. H. (2021). Charting the trajectories of adopted children's emotional and behavioral problems: The impact of early adversity and postadoptive parental warmth. *Development and Psychopathology*, 33, 922-936.

<https://doi.org/10.1017/S0954579420000231>

Palacios, J., Adroher, S., Brodzinsky, D. M., Grotevant, H. D., Johnson, D. E., Juffer, F., Martínez-Mora, L., Muhamedrahimov, R. J., Selwyn, J., Simmonds, J., & Tarren-Sweeney, M. (2019). Adoption in the service of child protection: An international

- interdisciplinary perspective. *Psychology, Public Policy, and Law*, 25(2), 57–72. <https://doi.org/10.1037/law0000192>
- Palacios, J., Román, M., Moreno, C., & León, E. (2009). Family context for emotional recovery in internationally adopted children. *International Social Work*, 52(2), 609–620. <https://doi.org/10.1177/0020872809337679>
- Pasztor, E. M., & Leighton, M. (1993). *Helping children and youths manage separation and loss*. Child Welfare League of America.
- Peñarrubia, M., Román, M., & Palacios, J. (2023). Attachment representations and early adversity in internationally adopted children from russian federation using the friends and family interview. *Journal of Early Adolescence*, 43(3), 697–719. <https://doi.org/10.1177/02724316221116050>
- Powell, K. A., & Afifi, T., D (2005). Uncertainty management and adoptees' ambiguous loss of their birth parents. *Journal of Social and Personal Relationships*, 22(1), 129–151. <https://doi.org/10.1177/0265407505049325>
- Projeto AdoPt. (2021). Questionário Sociodemográfico. (Instrumento não publicado).
- Purvis, K. B., Razuri, E. B., Howard, A. R., Call, C. D., DeLuna, J. H., Hall, J. S., & Cross, D. R. (2015). Decrease in behavioral problems and trauma symptoms among at-risk adopted children following trauma-informed parent training intervention. *Journal of Child & Adolescent Trauma*, 8(3), 201–210. <https://doi.org/10.1007/s40653-015-0055-y>
- Rolock, N., & Fong, R. (2019). *Supporting adoption and guardianship: Evaluation of the National Quality Improvement Center for Adoption and Guardianship Support and Preservation (QIC-AG) – Final evaluation report*. Washington, DC: Department of Health and Human Services, Administration for Children and Families, Children's Bureau.
- Román, M., & Palacios, J. (2011). Separación, perdida y nuevas vinculaciones: El apego en la adopción. *Acción Psicológica*, 8(2), 99–111. <https://doi.org/10.5944/ap.8.2.446>
- Soares, J., & Barbosa-Ducharne, M. (2021). *Questionário da Compreensão Parental da Perda e Trauma da Criança Adotada*. (Instrumento não publicado).
- Soares, J., Barbosa-Ducharne, M., Palacios, J., Moreira, M., Fonseca, S., & Cruz, O. (2019). Adopted children's social competence: The interplay between past and present influences. *Family Relations*, 68(5), 565–579. <https://doi.org/10.1111/fare.12391>

- Soares, J., Ralha, S., Barbosa-Ducharme, M., & Palacios, J. (2019). Adoption-related gains, losses and difficulties: The adopted child's perspective. *Child and Adolescent Social Work Journal*, 36, 259-268. <https://doi.org/10.1007/s10560-018-0582-0>
- Tarren-Sweeney, M. (2013). The Brief Assessment Checklists (BAC-C, BAC-A): Mental health screening measures for school-aged children and adolescents in foster, kinship, residential and adoptive care. *Children and Youth Services Review*, 35(5), 771–779. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2013.01.025>
- Tarren-Sweeney, M. (2019). *Mental health screening and monitoring for children in care: A short guide for children's agencies and post-adoption services*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315102078>
- Tarren-Sweeney, M., Goemans, A., Hahne, A. S., Gieve, M. (2019). Mental health screening for children in care using the Strengths and Difficulties Questionnaire and the Brief Assessment Checklists: Guidance from three national studies. *Developmental Child Welfare*, 1(2), 177-196. <https://doi.org/10.1177/2516103219829756>
- van der Voort, A., Linting, M., Juffer, F., Bakermans-Kranenburg, M. J., Schoenmaker, C., & van IJzendoorn, M. H. (2014). The development of adolescents' internalizing behavior: Longitudinal effects of maternal sensitivity and child inhibition. *Journal of Youth and Adolescence*, 43(4), 528-540. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-9976-7>
- van IJzendoorn, M. H., & Juffer, F. (2006). The Emanuel Miller Memorial Lecture 2006: adoption as intervention. Meta-analytic evidence for massive catch-up and plasticity in physical, socio-emotional, and cognitive development. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(12), 1228-1245. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2006.01675.x>
- Waterman, J., Langley, A. K., Miranda, J., & Riley, D.B. (2018). Module 3: Loss and grief issues in adoption. In A. K. Langley, J. Miranda & D. B. Riley (Eds.), *Adoption-specific therapy: A guide to helping adopted children and their families thrive*. (pp. 123-142). American Psychology Association. <https://doi.org/10.1037/0000096-006>
- Wright, A. W., Carlson, K., & Grotevant, H. D. (2022). Internalizing symptoms and use of mental health services among domestic adoptees. *Children and Youth Services Review*, 138, 2-8. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2022.106499>
- Yarger, H. A., Lind, T., Lee Raby, K., Zajac, L., Wallin, A., & Dozier, M. (2022). Intervening with attachment and biobehavioral catch-up to reduce behavior problems

among children adopted internationally: Evidence from a randomized controlled trial. *Child Maltreatment*, 27(3), 478-489.

<https://doi.org/10.1177/10775595211010975>

Tabela 1*Estatística Descritiva dos Itens Relativos à Medida de Compreensão Parental da Perda e Trauma da Criança Adotada*

Item	M	DP	Min.-Máx.
Pontuações mais altas = maior compreensão parental			
Para uma criança adotada é importante sentir que a família a reconhece como sendo sua (Item 4)	4.86	0.52	1-5
Quando uma criança adotada é acompanhada por um psicólogo/pedopsiquiatra, os pais devem ser incluídos no processo (Item 1)	4.62	0.65	2-5
A perda está presente na vida da criança adotada (Item 2)	4.12	1.01	1-5
Os comportamentos muito desajustados das crianças adotadas, com frequência, são resposta a outras necessidades sentidas por estas (Item 12)	3.75	0.84	1-5
Os comportamentos desadequados de uma criança adotada são uma maneira de ela tentar criar um sentimento de pertença à família (Item 7)	3.38	1.01	1-5
Com frequência, os sentimentos de luto das crianças adotadas exprimem-se em sintomas físicos e/ou comportamentos de raiva (Item 15)	3.37	1.03	1-5
As crianças com experiência de perda mentem, com frequência, para tentar ganhar/conseguir um sentido de controlo (da sua vida/situação) (Item 9)	3.22	0.93	1-5
As próprias experiências de luto e perda dos pais, com frequência, tornam mais difícil exercer a parentalidade de uma criança com experiência de perda (Item 13)	3.15	0.94	1-5
As crianças adotadas com frequência atuam exibindo comportamentos extremos/exagerados (Item 6)	3.13	1.15	1-5
Os pais adotivos devem priorizar a sua relação com o/a filho/a, em vez de a disciplinar quando ela exhibe comportamentos altamente desajustados (Item 18)	3.04	1.19	1-5
As crianças adotadas terão para sempre uma ligação à família biológica (Item 14)	2.91	1.26	1-5
As crianças perdem parte da sua identidade através da adoção (Item 10)	2.41	1.22	1-5
Pontuações mais altas = menor compreensão parental			
Crianças com menos de 6 anos são muito novas para sentirem o luto (Item 16 ^a)	4.01	1.03	1-5
Basta a criança adotada ser amada para tudo superar (Item 3 ^a)	3.51	1.17	1-5
Estratégias parentais como o “time out” (retirada de acesso à atenção dos pais ou outra recompensa), ser mandado para o quarto, ou perder privilégios ajudam as crianças, com experiência de perda, a compreender ^a o que é certo e errado (Item 11 ^a)	3.34	1.10	1-5
Os pais adotivos podem ajudar as crianças a superar o trauma e a perda, mas a maior parte do tratamento deve ser feito em terapia/acompanhamento psicológico (Item 8 ^a)	3.06	1.07	1-5
Alguns detalhes da história de vida de uma criança adotada não devem ser partilhados com a criança (Item 19 ^a)	2.74	1.30	1-5

Quando for possível, os pais devem esperar pela adolescência dos filhos para abordar com eles certas partes dolorosas da sua história (Item 20 ^a)	2.64	1.25	1-5
O abuso e a negligência têm mais impacto na criança do que a perda (Item 5 ^a)	2.52	0.99	1-5
As crianças que foram adotadas em bebê sofrem menos o impacto da perda dos seus pais biológicos (Item 17 ^a)	2.39	1.12	1-5

Nota. ^aEstes itens foram posteriormente invertidos para o cálculo do score total deste instrumento.

Tabela 2

Matriz de Correlações e Descritivas do Número Total de ACE, Compreensão Parental da Perda e Trauma, Problemas Emocionais e Comportamentais, Tempo de Adoção, Idade da Criança e Sexo da Criança

	Número Total de ACE	Compreensão Parental da Perda e Trauma	Problemas Emocionais e Comportamentais	Tempo de Adoção	Idade da Criança	Sexo da Criança
Número Total de ACE	-					
Compreensão Parental da Perda e Trauma	.29**	-				
Problemas Emocionais e Comportamentais	.37**	.40**	-			
Tempo de Adoção	-.17	-.23*	-.05	-	.	
Idade da Criança	.17	.08	.26**	.67**	-	
Sexo da Criança	.11	.03	.24*	-.05	.00	

*Nota. * $p < .05$ ** $p < .01$*

Figura 1

Modelo de Mediação Moderada

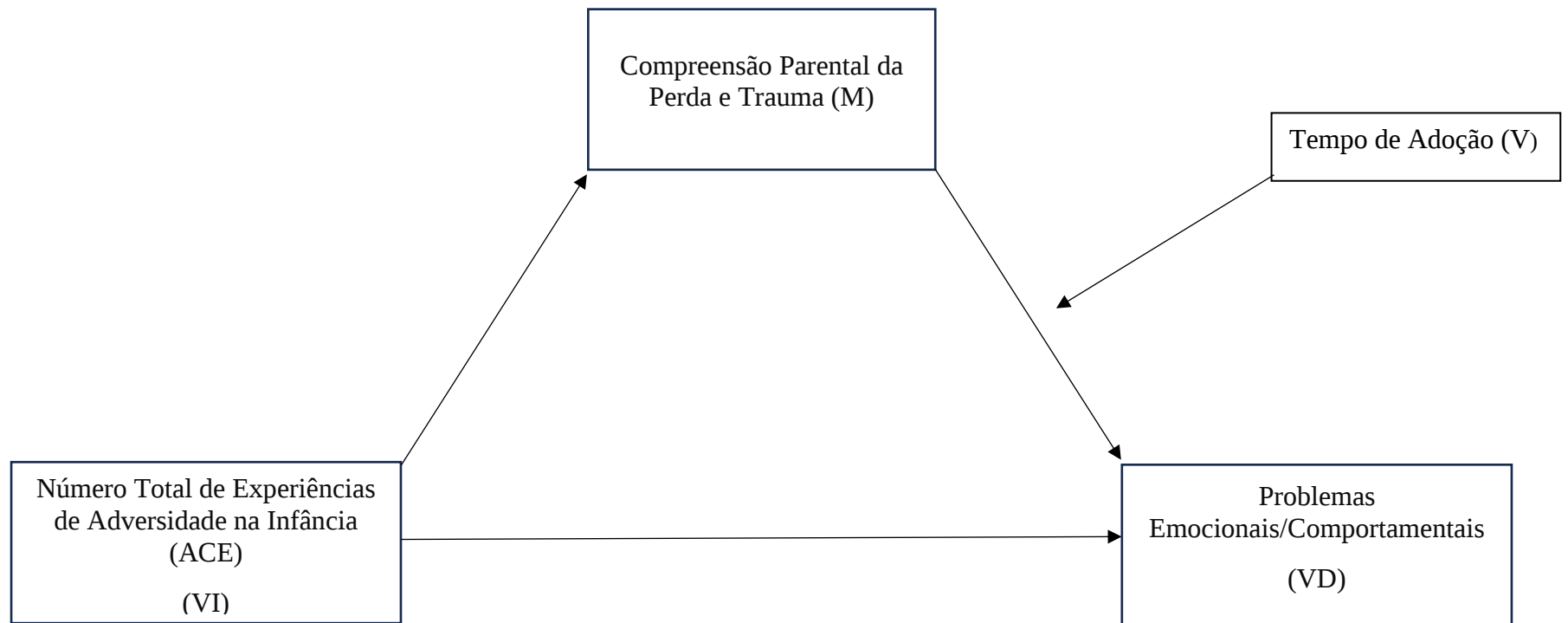


Figura 2

Diagrama Estatístico

